



Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de ♥ pra você



## EDITAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 059/2025**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 019/2025**

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Alto Paranaíba – CISALP, através da Comissão Permanente de Licitação, divulga para conhecimento do público e interessados, que está procedendo ao *Chamamento Público*, com o intuito de *promover o credenciamento para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos e profissionais para captura de imagens, em consonância com as tecnologias atuais, sendo realizadas por meio de fotografias e vídeos produzidos por profissional especializado, com utilização de recursos tecnológicos adequados, destinados ao registro e divulgação institucional dos eventos e ações promovidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, com vistas à publicidade e prestação de contas a população e entes consorciados das ações realizadas pelo este consórcio, na forma estabelecida no referido termo e demais documentos que o compõem*, com base no artigo 79, “caput” e I, da Lei nº. 14.133/21, **a partir de 03 de outubro de 2025, no horário das 08:00 às 16:00 horas, na sede do CISALP**, com endereço na Rua Juquinha Souto, nº 100, bairro Novo Horizonte, na cidade de Lagoa Formosa/MG, CEP 38.720-000, **permanecendo em aberto, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, após publicado**, segundo as condições estabelecidas no presente edital, nos seus anexos e na Minuta do Contrato, cujos termos o integram.

O presente processo licitatório será regido pelas disposições da Lei nº. 14.133/2021, Decreto Federal Nº 11.878, de 9 de Janeiro de 2024 e Resolução do CISALP Nº 004 de 02 de janeiro de 2024.

**INTEGRAM O PRESENTE EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:**

**Anexo I: Termo de Inscrição para credenciamento;**

**Anexo II: Declaração de concordância com o edital;**

**Anexo III: Modelo de Declaração de que não emprega menores;**

**Anexo IV: Relação de itens com preço (s) de referência para contratação;**

**Anexo V: Modelo de Solicitação de Credenciamento;**





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



**Anexo VI: Modelo das Declarações;**

**Anexo VII: Estudo Técnico Preliminar – ETP;**

**Anexo VIII: Termo de Referência – TR;**

**Anexo IX: Minuta do Termo de Credenciamento;**

## **1. DO OBJETO**

Chamamento Público, com o intuito de promover o credenciamento para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos e profissionais para captura de imagens, em consonância com as tecnologias atuais, sendo realizadas por meio de fotografias e vídeos produzidos por profissional especializado, com utilização de recursos tecnológicos adequados, destinados ao registro e divulgação institucional dos eventos e ações promovidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, com vistas à publicidade e prestação de contas a população e entes consorciados das ações realizadas pelo este consórcio, na forma estabelecida no referido termo e demais documentos que o compõem.

## **2. DO PRAZO E FORMA DE CREDENCIAMENTO**

**2.1.** O credenciamento ocorrerá a partir de **03 de outubro de 2025 no horário das 08:00 às 16:00 horas**, devendo todos os interessados encaminhar **TODOS** os documentos necessários para o e-mail [licitacao@cisalp.mg.gov.br](mailto:licitacao@cisalp.mg.gov.br), permanecendo em aberto, por um período de 12 (doze) meses a partir, após publicado, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021 e suas alterações, segundo as condições estabelecidas no presente edital, nos seus anexos e na Minuta do Contrato, cujos termos o integram.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

**3.1.** O (s) interessado (s) deverá (ão) apresentar, para credenciamento, a relação de prestação de serviços, juntamente com a documentação exigida para habilitação, no prazo e local constantes do item 2 deste edital, em conformidade com os seguintes requisitos:

### **3.2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

**3.2.1.** Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados em originais, ou publicação em órgão oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou por servidor do CISALP, mediante apresentação de cópias acompanhadas dos originais.





**3.2.2.** As certidões exigidas deverão estar dentro do prazo de validade. Na ausência de definição da validade, o documento será considerado válido pelo prazo de **90 (noventa)** dias, a partir da data de sua emissão.

**3.2.3.** Produzirão os mesmos efeitos para os fins deste edital as certidões negativas de débito (CND) e as certidões positivas com efeito de negativas (CPD-EN).

**3.2.4.** A documentação exigida será vistoriada pela comissão permanente de licitações e contratos, ou órgão correspondente.

**3.2.5.** Não poderão participar do credenciamento, aqueles que não apresentarem a documentação constante dos itens 3.3.

### **3.3. DOCUMENTOS PESSOA JURÍDICA**

#### **3.3.1. DECLARAÇÕES QUE A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR**

- a) **Anexo I: Termo de Inscrição para credenciamento;**
- b) **Anexo II: Declaração de concordância com o edital;**
- c) **Anexo III: Modelo de Declaração de que não emprega menores;**
- d) **Anexo IV: Relação de itens com preço (s) de referência para contratação;**
- e) **Anexo V: Modelo de Solicitação de Credenciamento;**
- f) **Anexo VI: Modelo das Declarações;**
- g) **Anexo VII: Estudo Técnico Preliminar – ETP;**
- h) **Anexo VIII: Termo de Referência – TR;**
- i) **Anexo IX: Minuta do Termo de Credenciamento;**

#### **3.3.2. CERTIDÕES QUE A EMPRESA DEVERÁ APRESENTAR**

**3.3.2.1.** **Registro Comercial** no caso de empresa individual;

**3.3.2.2.** **Ato constitutivo, estatuto, ou contrato social e último aditivo contratual**, que contenha as alterações em vigor, devidamente registrados, em que se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de seus administradores;

**3.3.2.3.** **Decreto de autorização de funcionamento**, em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente;



Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



**3.3.2.4. Documento comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

**3.3.2.5. Documentos dos sócios administradores, ou cargo equivalente;**

**3.3.2.6.** Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio do interessado licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, cuja prova dar-se-á pela apresentação dos seguintes documentos:

a) **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

b) **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede** da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

c) **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

**3.3.2.7.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)** comprovando a inexistência de débito junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ou documento equivalente que comprove regularidade;

b) **Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS** ou documento equivalente que comprove a regularidade;

c) **Certidão de Falência e Concordata.**

### **3.4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO]**

**3.4.1.** Além da documentação exigida para a habilitação, os licitantes deverão apresentar, ainda, a **relação de itens com preço (s) de referência para credenciamento.**

**(Neste anexo a empresa deverá colocar somente os itens para os quais irá credenciar os serviços).**







Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



### **3.5. DOS IMPEDIMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO**

**3.5.1.** É vedado o credenciamento nos termos deste edital, nos seguintes casos:

- a) Para profissionais que forem servidores públicos em exercício de cargo em comissão, ou função gratificada;
- b) Para pessoas jurídicas que não cumpram as exigências deste edital.

## **4. DO PROCEDIMENTO**

**4.1.** O recebimento dos envelopes de habilitação e credenciamento terá início na data estipulada neste edital, na sede do CISALP, com endereço na Rua Juquinha Souto, n° 100, bairro Novo Horizonte, na cidade de Lagoa Formosa/MG.

**4.2.** A Comissão de Licitação poderá convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos, porventura necessários.

**4.3.** Após a análise, a Comissão, com base no parecer dos técnicos da Secretaria Executiva decidirá pela Aceitação ou Recusa do Credenciamento.

**4.4.** A recusa será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos por este Edital.

**4.5.** Serão credenciadas todas as empresas que satisfizerem as exigências contidas neste edital.

**4.6.** Recebidos os documentos, o servidor responsável terá 5 (cinco) dias úteis para conferência da documentação enviada pelos interessados.

**4.7.** Após o envio completo da documentação e habilitação dos interessados, o credenciamento será finalizado em até 7 (sete) dias úteis, contados do dia em que foi encaminhado TODOS os documentos regularizados.

## **5. DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

**5.1.** As condições de valor e forma de pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **6. DAS RETENÇÕES FISCAIS**

**6.1. DO IMPOSTO DE RENDA:** Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução n° 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de ♥ pra você



essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

6.2. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL: Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

6.3. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

6.4. A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

6.5. A Administração poderá realizar a retenção de 1% da nota fiscal referente ao PASEP, assim que se julgar necessário para a manutenção das atividades do consórcio.

## **7. DO REAJUSTE**

7.1. Os valores e quantitativos de procedimentos previstos no Termo de Referência que compõe o anexo XI deste Edital poderão ser atualizados e republicados a qualquer tempo, vinculando os contratos existentes a partir de sua publicação, tornando o processo duradouro e atendente às demandas públicas.

A atualização dos valores poderá refletir diminuição dos anteriormente fixados.

7.2. Para ocasião do Processo Licitatório em questão, os valores elencados se referem a realização, pelo CISALP, de pesquisa de mercado para obter valores adequados, considerando o menor valor, conforme estabelecido no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela CONTRATADA, esta deverá comprovar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do fornecimento, por meio de apresentação de planilha (s) detalhada (s) de custos seguindo a mesma metodologia da composição da proposta e documentação correlata (lista de preços de fabricantes, notas





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



fiscais de aquisição de produtos e/ou matérias-primas, etc), que comprovem que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente avençadas.

7.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo CISALP e/ou municípios consorciados, deverá comprovar o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em prejuízo ao erário público.

7.5. Fica facultado ao CISALP realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

7.6. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica do CISALP.

7.7. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços acordados no presente instrumento.

7.8. Os valores a serem pagos pela execução do objeto do credenciamento serão fixos e irrevogáveis, ressalvada a hipótese de alteração de preços da tabela do CISALP sofrer reajuste, conforme deliberação do Conselho de Secretários, Assembleia Geral, Legislação Vigente e normas descritas no item 7.

## **8. DO CONTRATO**

8.1. Será firmado o Termo de Contrato com validade de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos das alíneas “f” e “g” do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 da Lei nº. 14.133/21 até o limite de 120 (cento e vinte) meses tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.

8.2. O credenciado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante solicitação e aceite por parte do contratante, contados a partir da convocação pela Administração.

## **9. PENALIDADES E SANÇÕES**

9.1. O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação de serviço, por parte do CONTRATADO, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Termo de Contrato, para cada





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



notificação formalizada a este, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei.

9.1.2 A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente três vezes, sendo que a notificação seguinte ensejará a rescisão contratual e aplicação das demais sanções previstas.

9.1.3. O CONTRATADO ficará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, nos casos não previstos no Edital.

9.2.1. Verificada uma das hipóteses previstas nos sub-itens anteriores, o CISALP poderá optar pela convocação dos demais contratados, se houver.

9.2.2. Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado o CISALP poderá, garantida a prévia defesa do contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste Termo de Contrato juntamente com as seguintes sanções.

a) Advertência.

b) Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou penalidade, a qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

9.2.3. As sanções previstas na alínea “C”, do sub-item 9.2.2, são de competência exclusiva do Presidente do CISALP, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias a contar da abertura das vistas.

## **10. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS**

10.1. As impugnações ao presente edital convocatório deverão ser dirigidas à Comissão de Licitação do CISALP, até 2 (dois) dias úteis antes da primeira data fixada para a abertura dos envelopes de credenciamento.

10.2. Os recursos referentes às decisões relativas ao processo de credenciamento, poderão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do dia, subsequente à intimação dos atos. A petição devidamente fundamentada deverá ser dirigida à Comissão de Licitação do CISALP, através do e-mail [licitacao@cisalp.mg.gov.br](mailto:licitacao@cisalp.mg.gov.br).







Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de ♥ pra você



## 11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As dotações orçamentárias são as estabelecidas no Termo de Referência.

## 12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Faz parte integrante deste edital todos os anexos abaixo relacionados.

12.2. O presente instrumento e seus anexos poderão ser retificados a qualquer tempo para correções de erros, inclusão de novos itens e atualização de valores. Eventuais mudanças serão publicadas no Diário Oficial do CISALP e site deste consórcio.

12.2. Fica eleito o foro da Comarca de Patos de Minas/MG, para solucionar quaisquer questões oriundas deste edital.

12.3. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a este credenciamento, serão prestados pelo telefone (34)3824-1710, ou ainda pelo e-mail [licitacao@cisalp.mg.gov.br](mailto:licitacao@cisalp.mg.gov.br).

Lagoa Formosa/MG, 23 de setembro de 2025

**Fernando Breno Valadares Vieira**

Presidente do CISALP





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de ♥ pra você



**ANEXO I**

**TERMO DE INSCRIÇÃO PARA CREDENCIAMENTO NO PROCESSO  
LICITATÓRIO Nº 059/2025, CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 019/2025**

DADOS DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE	
01. NOME DA EMPRESA	02. CPF/CNPJ
03. ENDEREÇO	04. BAIRRO
05. CIDADE/UF	06. CEP
07. TELEFONES	08. E-MAIL
DADOS DO DIRIGENTE/PROFISSIONAL RESPONSÁVEL	
09. NOME DO DIRIGENTE/PROFISSIONAL RESPONSÁVEL	10. RG
11. CPF	12. OUTRO
13. ENDEREÇO	14. BAIRRO
15. CIDADE/UF	16. CEP
17. TELEFONES	18. E-MAIL

Lagoa Formosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Licitante





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de ♥ pra você



## ANEXO II

### **DECLARAÇÃO CONCORDÂNCIA COM EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 059/2025, CHAMAMENTO PÚBLICO N° 019/2025**

#### **À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CISALP,**

O licitante (pessoa física/jurídica) (\*\*\*\*\*), inscrito no CPF/CNPJ (\*\*\*\*\*), por intermédio do seu representante, (\*\*\*\*\*), portador da identidade (\*\*\*\*\*) e do CPF (\*\*\*\*\*), declara para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório em epígrafe, sob a modalidade Chamamento Público 018/2025, instaurado pelo CISALP, que estamos de acordo com todas as disposições do referido edital.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Lagoa Formosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Licitante





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de ♥ pra você



### ANEXO III

#### **DECLARAÇÃO DO ARTIGO 7º, XXXIII, CF**

#### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2025, CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 019/2025**

O licitante (pessoa física/jurídica) (\*\*\*\*\*), inscrito no CPF/CNPJ (\*\*\*\*\*), por intermédio do seu representante, (\*\*\*\*\*), portador da identidade (\*\*\*\*\*) e do CPF (\*\*\*\*\*), **DECLARA**, na qualidade de licitante, do Processo Licitatório nº 059/2025, Chamamento Público nº 019/2025, para fins do disposto nos termos do inciso XXXIII no art. 7º da Constituição Federal e inciso VI Art 68 da Lei Federal nº 14.133/21 que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Lei Federal nº 9.854/99.

Lagoa Formosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Licitante







Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de ♥ pra você



**ANEXO IV**

**RELAÇÃO DE ITENS COM PREÇO (S) DE REFERÊNCIA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2025, CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 019/2025**  
**(NESTE ANEXO A EMPRESA DEVERÁ COLOCAR SOMENTE OS ITENS PARA OS QUAIS IRÁ CREDENCIAR OS SERVIÇOS). A QUANTIDADE TOTAL DO CREDENCIAMENTO SERÁ DIVIDA PARA TODOS OS PRESTADORES CONTRATADOS.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p><b>Prestação de serviços técnicos e profissionais especializados em captura de imagens aéreas, utilizando veículos aéreos não tripulados (VANTs/Drones), com aplicação das tecnologias atuais e em conformidade com a legislação vigente.</b> Os serviços compreendem a realização de <b>fotografias e vídeos institucionais em alta qualidade (mínimo 4K)</b>, destinados ao registro de eventos, atividades e ações promovidas pelo <b>CISALP</b>, assegurando padrões técnicos e visuais adequados para divulgação institucional. A execução deverá ser realizada por <b>pilotos devidamente habilitados e com certificação válida (RPAS)</b>, em estrita observância às normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e demais regulamentações aplicáveis. Os equipamentos empregados deverão possuir <b>homologação junto à ANATEL</b>, garantindo segurança, qualidade e conformidade técnica.</p> <p>As imagens capturadas (fotografias e vídeos) deverão ser <b>integralmente entregues ao Contratante imediatamente após a conclusão do evento</b>, em mídia digital ou meio previamente acordado, com qualidade preservada e sem marcas d'água, assegurando a plena disponibilidade para uso institucional.</p>	SV	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



	Prestação do serviço de no mínimo 02 horas, podendo ser estendido, em casos de necessidade, com limite de 4 horas.				
02	<p>Prestação de serviço de captação de imagem de forma profissional para cobertura total de fotografias e registros em vídeo de pequenos momentos do evento, com posterior edição profissional de todo o material, a fim de assegurar serviços de alta qualidade para uso institucional e divulgação nas redes sociais do contratado.</p> <p>Para execução dos serviços, a empresa contratada deverá dispor, no mínimo, da seguinte estrutura:</p> <p>Câmera fotográfica profissional: 01 (uma) unidade, em alta definição (Full HD ou superior), destinada à captura de imagens estáticas com elevada nitidez, contraste e fidelidade de cores. Será admitida a utilização de equipamento com especificações superiores à mínima exigida.</p> <p>Câmera de filmagem profissional: 01 (uma) unidade, em alta definição (Full HD ou superior), destinada à gravação de imagens em movimento, assegurando estabilidade, qualidade sonora e visual compatível com produções institucionais. Também será admitida a utilização de equipamento com capacidade superior à mínima exigida.</p> <p>Operador de câmera: 01 (um) profissional devidamente qualificado e com experiência comprovada em fotografia e filmagem de eventos, responsável pelo manuseio dos equipamentos, assegurando a cobertura integral e contínua durante toda a realização do evento.</p> <p>Entrega do material:</p> <p>Todos os registros fotográficos e audiovisuais produzidos deverão ser devidamente tratados e editados, com correção de cores, ajustes de luminosidade, cortes e inserções necessários para a finalização profissional. O material deverá ser entregue ao Contratante em até 02</p>	SV	10	R\$1.250,00	R\$12.500,00





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de ♥ pra você



	(duas) horas após a conclusão do evento, em formato digital, pronto para utilização em mídias institucionais e redes sociais.				
03	Taxa de deslocamento para prestação de serviços em eventos realizados pelo CISALP em cidades localizadas a uma distância superior a 60 KM (Considerar sempre o Google Maps como referência).	KM	1.000	R\$ 1,00	R\$ 1.000,00

Lagoa Formosa, (\*\*) de (\*\*\*\*\*) de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Licitante



Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



## ANEXO V

### MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

(Em papel timbrado da empresa ou identificação do interessado no credenciamento)

**Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP**

**Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO N° 059/2025, CHAMAMENTO PÚBLICO N° 019/2025**

**Objeto:** Chamamento Público, com o intuito de promover o credenciamento para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos e profissionais para captura de imagens, em consonância com as tecnologias atuais, sendo realizadas por meio de fotografias e vídeos produzidos por profissional especializado, com utilização de recursos tecnológicos adequados, destinados ao registro e divulgação institucional dos eventos e ações promovidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, com vistas à publicidade e prestação de contas a população e entes consorciados das ações realizadas pelo este consórcio, na forma estabelecida no referido termo e demais documentos que o compõem.

Prezados senhores,

Em cumprimento aos ditames editalícios, solicitamos o nosso credenciamento ao processo administrativo n° 059/2025, credenciamento n° 019/2025, e utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo relacionados, necessários ao credenciamento para prestação dos serviços:

1. Ato Constitutivo;
2. Cartão do CNPJ;
3. Documentos Pessoais Sócios;
4. Certidão do FGTS;
5. CNDT;
6. CND Federal;







Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de ♥ pra você



7. CND Estadual;
8. CND Municipal;
9. Certidão Negativa de Falência ou Concordata;
10. Declarações do edital
11. Xerox dos documentos pessoais;

Na oportunidade, credenciamos junto ao CISALP o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, telefone nº \_\_\_\_\_, endereço eletrônico \_\_\_\_\_, ao qual outorgamos os mais amplos poderes, inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no processo de credenciamento. (opcional)

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Nome do representante legal

Cargo





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de ♥ pra você



## ANEXO VI MODELO DAS DECLARAÇÕES

**Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP**

**Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO N° 059/2025, CHAMAMENTO PÚBLICO N° 019/2025**

**Objeto:** Chamamento Público, com o intuito de promover o credenciamento para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos e profissionais para captura de imagens, em consonância com as tecnologias atuais, sendo realizadas por meio de fotografias e vídeos produzidos por profissional especializado, com utilização de recursos tecnológicos adequados, destinados ao registro e divulgação institucional dos eventos e ações promovidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, com vistas à publicidade e prestação de contas a população e entes consorciados das ações realizadas pelo este consórcio, na forma estabelecida no referido termo e demais documentos que o compõem.

(nome da empresa), CNPJ-MF n.º ....., sediada (endereço completo), telefone (xx) xxxx-xxxx, e-mail: ....., tendo examinado o Edital, vem declarar sob as penas da lei:

- a) Para fins de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que em seu quadro de funcionários não há empregados menores de 18 anos na realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que também não há empregados menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- b) Que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- e) A inexistência de fato impeditivo de credenciamento;
- f) Que atenderá ao quantitativo mínimo de estabelecimentos credenciados, conforme item 3.6 do anexo II deste Edital, no ato da contratação;
- g) Que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos ao credenciamento em causa e nossa plena concordância com as condições constantes do respectivo Edital e seus anexos.

(localidade), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante legal





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



## ANEXO VII

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

##### 1.1. Do Objeto

Chamamento Público, com o intuito de promover o credenciamento para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos e profissionais para captura de imagens, em consonância com as tecnologias atuais, sendo realizadas por meio de fotografias e vídeos produzidos por profissional especializado, com utilização de recursos tecnológicos adequados, destinados ao registro e divulgação institucional dos eventos e ações promovidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, com vistas à publicidade e prestação de contas a população e entes consorciados das ações realizadas pelo este consórcio, na forma estabelecida no referido termo e demais documentos que o compõem.

#### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, buscando maior acessibilidade e transparência, visa a necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos e profissionais para captura de imagens, em consonância com as tecnologias atuais, sendo realizadas por meio de fotografias e vídeos produzidos por profissional especializado, com utilização de recursos tecnológicos adequados, destinados ao registro e divulgação institucional dos eventos e ações promovidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP.

Ao longo do ano o CISALP realiza diversos eventos esporádicos nos mais diversos setores e demais cerimônias que contam com a participação de várias autoridades, prefeitos, gestores, servidores e demais representantes da sociedade civil, fazendo necessária tal contratação.

Diante do exposto, surge esta necessidade para que possamos adequar as novas tecnologias, visto que nos últimos anos, a demanda por vídeos tem sido crescente e, vislumbramos uma poderosa ferramenta para o aprimoramento da comunicação, sendo um ganho de conteúdo e espaço para apresentação de forma complementar do trabalho atualmente realizado pelo consórcio.

Não obstante seu caráter eventual, denotam a necessidade de um serviço apto a suprir a exigência do momento, onde a qualidade do serviço prestado é indispensável, considerando a importância de continuarmos sempre em busca da excelência, com o objetivo de executar, de forma contínua, a produção dos mais variados tipos de eventos, entre outros. Através dos meios digitais será possível levar a informação, conhecimento e a transparência dos atos públicos realizados por este







Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



órgão a população, gestores e prestadores de serviços, demonstrando assim, o compromisso e a seriedade que esta administração possui quando se trata da prestação de serviços de saúde.

O CISALP é composto, até o presente momento, por 52 (cinquenta e dois) entes consorciados com grandes possibilidades de aumento da área de atuação, tendo como finalidade, enquanto parte integrante da administração indireta dos entes consorciados, prestar serviços e desenvolver ações conjuntas que visem o interesse coletivo e benefícios públicos, atendendo aos vazios assistenciais apresentados pelos municípios.

Nesse mesmo sentido, constitui finalidade precípua do CISALP, respeitados os limites constitucionais e legais, desenvolver ações e serviços na área de saúde pública, ou com ela relacionados ou derivados, obedecendo, assim, aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde – SUS e demais preceitos pertinentes.

Diante do exposto, esta contratação visa atender às demandas de divulgação institucional e comunicação do CISALP, por meio da produção de conteúdo audiovisual de qualidade, com vistas a documentar, promover e divulgar os serviços prestados à população e aos entes consorciados. A utilização de recursos tecnológicos adequados permite a captura de fotografias e vídeos, tanto aéreos quanto terrestres, proporcionando maior abrangência e dinamismo, sendo fundamental para registro de eventos com grande público ou ampla área de atuação.

O objeto desse Chamamento Público não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/21.

### 3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
Diretora Comercial	Ludimila Magalhães de Lima

### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

#### 4.1. CONTRATADA DEVE:

Ser empresa especializada na prestação de serviços técnicos e profissionais para captura de imagens e vídeos, em consonância com as tecnologias atuais, por meio de fotografias e vídeos produzidos por profissional especializado, com utilização de recursos tecnológicos adequados, destinados ao registro e divulgação institucional dos eventos e ações promovidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP. Os serviços deverão ser prestados na forma estabelecida abaixo, para empresas aptas na prestação do serviço, simultaneamente e não excludente, conforme abaixo descrito:

4.1.1. Possuir capacidade técnica adequada para a finalidade proposta pelo CISALP.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



- 4.1.2. Fornecer os serviços, objeto deste estudo técnico preliminar de forma geral, observando atentamente as características e especificações;
- 4.1.3. Responsabilizar-se pelo fornecimento de equipamentos próprios, adequados e de boa qualidade, mão de obra exclusiva, execução, instalação, montagem e desmontagem de todo o cenário de vídeo, assim como, fornecimento de ferramentas e acessórios em geral, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;
- 4.1.4. Respeitar as normas técnicas atinentes, garantindo qualidade e segurança;
- 4.1.5. Ser responsável por correções do material a qualquer tempo, tanto preventiva quanto corretiva, estando disponível para sanar dúvidas e possíveis inconsistências.
- 4.1.6. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis ao serviço.
- 4.1.7. Será de sua inteira responsabilidade, garantir as condições de salubridade exigidas pelos órgãos responsáveis e atender as normas da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) e demais órgãos reguladores quanto ao uso de drones;
- 4.1.8. A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;
- 4.1.9. A contratada para o item 01 deverá realizar filmagem e fotografias aéreas de eventos, conforme proposto pela contratada com estabilidade e qualidade de áudio e vídeo;
- 4.1.10. A empresa contratada deverá garantir o uso de equipamentos adequados para o serviço, de forma que, ofereça a captura de imagens claras e profissionais, considerando as condições do ambiente do evento, de forma a proporcionar um serviço de qualidade e efetivo.
- 4.1.11. Realizar a captação de imagens (fotografias e vídeos) em eventos e ações previamente agendadas, com utilização de recursos tecnológicos adequados.
- 4.1.12. Disponibilizar de equipe técnica capacitada, composta por profissionais habilitados para operacionalizar o veículo aéreo não tripulado, que será responsável para manusear os equipamentos.
- 4.1.13. Responsabilizar-se pelo material capturado, assim como do conteúdo gravado, garantindo que os vídeos e fotografias fiquem disponíveis para arquivamento em modelo estabelecido e solicitado pelo CISALP.
- 4.1.14. A contratada deverá disponibilizar os conteúdos em alta resolução, com possibilidade de adaptação para redes sociais, site institucional e canais de mídia
- 4.1.15. As edições de vídeos institucionais poderão conter a inserção de trilha sonora, legendas, logos e cortes dinâmicos;





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



4.1.16. A Contratante é responsável em realizar a captura e disponibilizar o material na versão final editada em formato digital.

4.1.17. A empresa contratada deverá garantir qualidade técnica nos serviços, capaz de captar imagens nítidas e estáveis, transmitir som com qualidade e clareza.

4.1.18. A contratante deverá possuir equipe operacional suficiente e qualificada para execução dos serviços propostas com fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para operação.

4.1.19. Os serviços prestados deverão ser realizados nos endereços e horários previamente estabelecidos pela CONTRATANTE, conforme discriminado em requisição.

4.1.20. A empresa contratada deverá estar disponível para acompanhar o CISALP em eventos realizados em outras localidades e regiões de saúde, se necessário.

#### **Municípios que compõem o CISALP**

Abadia dos Dourados, Água Comprida, Arapuá, Bambuí, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Cabeceira Grande, Campo Florido, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Dom Bosco, Estrela do Sul, Frutal, Fronteira, Guarda Mor, Guimarães, Ibiá, Iraí de Minas, Itapagipe, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Paracatu, Patos de Minas, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Pratinha, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Sacramento, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tiros, Uberaba, Unaí, Urucuia, Varjão de Minas e Vazante.

4.2. Trata-se da prestação de serviços de modo que atenda às necessidades estabelecidas por este consórcio e condições orçamentárias do CISALP e entes consorciados.

4.3. Para a referida prestação de serviços, a empresa deverá estar devidamente contratualizada ao CISALP.

4.4. A prestação de serviços deverá ser executada exclusivamente mediante requerimento da contratada. Não serão pagos serviços não solicitados/autorizados previamente pelo contratante.

4.5. Para fins de faturamento, serão considerados todos os critérios e valores estabelecidos em Contrato Administrativo, com as respectivas quantidades e valores.

4.6. A Contratada deverá estar regular com todas as obrigações fiscais, tributárias, trabalhistas.

4.6.1. Para fins de faturamento, serão considerados todos os critérios e valores estabelecidos em Contrato Administrativo.

#### **Subcontratação**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



### **Garantia da contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

a) A Contratada poderá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

### **5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE/POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

5.1. Por se tratar da contratação de empresa especializada na realização de serviços de captura de imagens, compreendendo fotografias e vídeos, tanto aéreos quanto terrestres, a empresa contratada deverá cumprir o fornecimento dos materiais, adotando práticas que mitiguem os impactos ambientais e priorizando o uso de recursos menos agressivos ao meio ambiente.

5.3. A racionalização por meio de soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos e a destinação adequada dos efluentes produzidos durante a confecção dos equipamentos e bens.

### **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

O CISALP adotou a metodologia tradicional para realização da almejada contratação, onde foram realizadas pesquisas locais e de regiões próximas, respeitada a isonomia entre os licitantes de forma a selecionar a proposta mais vantajosa e o custo benefício significativo ao Consórcio. Assim, buscando garantir a boa qualidade dos serviços e de empresas comprometidas e capacitadas para fornecer os itens.

Além disso, analisando as possibilidades de mercado, não é interessante a aquisição destes materiais, uma vez que são caros e que não dispomos de pessoal qualificado para seu manuseio. Por fim, declaramos que o objeto do presente termo se enquadra como bem comum cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

Ainda em análise de mercado, verifica-se que o serviço é amplamente disponibilizado no mercado. Além disso, com tamanha oferta e diante da possibilidade de demandas em cidades fora da sede do CISALP, é interessante mais empresas contratadas em áreas geográficas diferentes.

### **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

7.1. Conforme se observa pelo levantamento de mercado realizado concluímos que a solução que se mostrou mais vantajosa, técnica e econômica será a realização de processo licitatório para que







Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



seja realizada a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos e profissionais para captura de imagens, em consonância com as tecnologias atuais, sendo realizadas por meio de fotografias e vídeos produzidos por profissional especializado, com utilização de recursos tecnológicos adequados, destinados ao registro e divulgação institucional dos eventos e ações promovidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP. Considerando que com esta contratação o consórcio irá conseguir preço compatível para o objeto proposto, inclusive no que diz respeito aos requisitos necessários, com fornecimento de mão de obra, materiais, acessórios e instalação, sendo a solução mais adequada e viável para atingir os escopos previstos.

## 8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. O consórcio embasou a quantidade diante de um total de 10 (dez) eventos distribuídos ao longo do ano sendo considerados assembleias entre ordinárias/extraordinárias e eventos esporádicos (reuniões, inaugurações, entrega de veículos, cursos, treinamentos, workshops, palestras, entre outros). Almeja-se que a presente contratação seja realizada para a prestação dos serviços supracitados, distribuídos de acordo com os itens e quantitativos apresentados, considerando a possível demanda levantada.

8.2. Considera-se integrado ao valor total do item, todos os encargos tributários e trabalhistas, despesas (para serviços de terceiros) e demais agregadas a prestação dos serviços.

8.3. As informações de cálculo e os documentos que dão suporte e que integram a estimativa do valor da presente contratação seguirão em anexo a esse ETP em conjunto com a formalização de pesquisa de mercado.

8.4. Entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

### 8.4.1. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS COM SUAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	11220	Prestação de serviços técnicos e profissionais especializados em captura de imagens aéreas, utilizando veículos aéreos não tripulados (VANTs/Drones), com aplicação das tecnologias atuais e	SV	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00





		<p><b>em conformidade com a legislação vigente.</b> Os serviços compreendem a realização de <b>fotografias e vídeos institucionais em alta qualidade (mínimo 4K)</b>, destinados ao registro de eventos, atividades e ações promovidas pelo <b>CISALP</b>, assegurando padrões técnicos e visuais adequados para divulgação institucional. A execução deverá ser realizada por <b>pilotos devidamente habilitados e com certificação válida (RPAS)</b>, em estrita observância às normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e demais regulamentações aplicáveis. Os equipamentos empregados deverão possuir <b>homologação junto à ANATEL</b>, garantindo segurança, qualidade e conformidade técnica.</p> <p>As imagens capturadas (fotografias e vídeos) deverão ser <b>integralmente entregues ao Contratante imediatamente após a conclusão do evento</b>, em mídia digital ou meio previamente acordado, com qualidade preservada e sem marcas d'água, assegurando a plena disponibilidade para uso institucional.</p> <p>Prestação do serviço de no mínimo 02 horas, podendo ser estendido, em casos de necessidade, com limite de 4 (quatro) horas.</p>				
02	11219	Prestação de serviço de captação de imagem de forma profissional para	SV	10	R\$ 1.250,00	R\$ 12.500,00



Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



		<p>cobertura total de fotografias e registros em vídeo de pequenos momentos do evento, com posterior edição profissional de todo o material, a fim de assegurar serviços de alta qualidade para uso institucional e divulgação nas redes sociais do contratado.</p> <p>Para execução dos serviços, a empresa contratada deverá dispor, no mínimo, da seguinte estrutura:</p> <p>Câmera fotográfica profissional: 01 (uma) unidade, em alta definição (Full HD ou superior), destinada à captura de imagens estáticas com elevada nitidez, contraste e fidelidade de cores. Será admitida a utilização de equipamento com especificações superiores à mínima exigida.</p> <p>Câmera de filmagem profissional: 01 (uma) unidade, em alta definição (Full HD ou superior), destinada à gravação de imagens em movimento, assegurando estabilidade, qualidade sonora e visual compatível com produções institucionais. Também será admitida a utilização de equipamento com capacidade superior à mínima exigida.</p> <p>Operador de câmera: 01 (um) profissional devidamente qualificado e com experiência comprovada em fotografia e filmagem de eventos, responsável pelo manuseio dos equipamentos, assegurando a cobertura integral e contínua durante toda a realização do evento.</p>				
--	--	--	--	--	--	--





		Entrega do material: Todos os registros fotográficos e audiovisuais produzidos deverão ser devidamente tratados e editados, com correção de cores, ajustes de luminosidade, cortes e inserções necessários para a finalização profissional. O material deverá ser entregue ao Contratante em até 02 (duas) horas após a conclusão do evento, em formato digital, pronto para utilização em mídias institucionais e redes sociais.				
03	10867	Taxa de deslocamento para prestação de serviços em eventos realizados pelo CISALP em cidades localizadas a uma distância superior a 60 KM (Considerar sempre o Google Maps como referência).	KM	1.000	R\$ 1,00 (por KM rodado)	R\$ 1.000,00

## 9. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

**VALOR TOTAL: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).**

9.1. Para a realização da estimativa do valor do presente estudo, o CISALP baseou-se na pesquisa de mercado realizada com prestadores de serviços locais, onde foi considerado o valor mediano do serviço para apurar o valor praticado no mercado. No que tange ao item 03, o valor foi baseado no preço praticado pela tabela de saúde do CISALP, que prevê o item de deslocamento.

9.2. Considera-se integrado ao valor total do serviço, todos os encargos tributários e trabalhistas, despesas (para serviços de terceiros) e demais agregadas para a completa entrega dos conteúdos.

9.3. Portanto, as informações de cálculo e os documentos que dão suporte e que integram a estimativa do valor da presente aquisição seguirão em anexo a esse ETP em conjunto com a formalização de pesquisa de mercado.

## 10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. A equipe de planejamento decidiu parcelar a solução, eis que mostra tecnicamente e economicamente viável a divisão da solução a ser contratada, abrindo vistas a vários prestadores aptos a buscarem o item aplicável a sua área de atuação, conforme sua formação técnica e profissional.



Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de ♥ pra você



10.2. Desse modo, diante a contratação em questão, a solução parcelada para o CISALP tem a aplicabilidade mais eficiente, sendo que a contratação depende das demandas do CISALP e Entes Consorciados, podendo ser fluante de mês para mês, além de ampliar o mercado para o objeto a ser licitado, tendo como finalidade buscar economia de escala e maior número de prestadores capacitados, além da viabilidade de reduzir custo médio do escopo da diluição dos custos fixos.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Não se verifica a necessidade contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação da presente demanda.

## 12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1. A presente contratação vai de encontro ao que o CISALP vem planejando para a prestação de serviços, tal contratação, encontra previsão orçamentária, visto que o CISALP possui estimativa de receita e recursos orçamentários para execução do presente objeto.

## 13. ANÁLISE DE RISCOS

13.1. O mapeamento da análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação. Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato. A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos de planejamento e de gestão dos serviços identificados e classificados neste documento.

FASE DE ANÁLISE	
X	Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
	Gestão do Contrato

RISCO 01
Impugnação ao ato convocatório em razão de o princípio da Igualdade ser contrariado por meio de exigências que restringem a competitividade do certame







Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixa		Média	X	Alta
<b>Id</b>	<b>Dano</b>					
1.	Retardamento da licitação/contratação					
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>				<b>Responsável</b>	
1.	Disponer, no instrumento convocatório, apenas exigências concisas e pertinentes a execução do objeto, de modo a assegurar o caráter competitivo da licitação.				Equipe de Planejamento da Contratação	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>				<b>Responsável</b>	
1.	Decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.				Setor de licitações/Pregoeiro	

RISCO 02						
Licitante cometer infração administrativa (não assinar contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta; apresentar documentação falsa deixar de entregar os documentos exigidos no certame; ensejar o retardamento execução do objeto; não manter a proposta; cometer fraude fiscal; comportar- modo inidôneo)						
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixa	X	Média		Alta
<b>Id</b>	<b>Dano</b>					
1.	Retardamento da licitação/contratação					
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>				<b>Responsável</b>	
1.	Dar ciência aos licitantes que os atos de infração administrativa serão sujeitos às sanções administrativas previstas em lei.				Setor de licitações/Pregoeiro	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>				<b>Responsável</b>	
1.	Instaurar processo de sanção administrativa, observada a fase da contratação.				Setor de licitações ou Gestor do contrato	
2.	Contratação de fornecedor remanescente do cadastro de reserva, se houver.				Setor de licitações	



RISCO 03						
Fornecedor descumprir as condições previstas no orçamento fornecido, no edital de licitação e no termo de referência.						
Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixa		Média	X	Alta
Id	Dano					
1.	Cancelamento do registro do fornecedor.					
Id	Ação Preventiva					
1.	Dar ciência ao fornecedor das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado no processo licitatório ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.					Gestor do contrato
Id	Ação de Contingência					
1	Cancelamento do(s) registro(s), formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.					Gestor do contrato
2	Contratação de fornecedor remanescente do cadastro de reserva, se houver.					Setor de Licitações

#### 14. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

14.1. A presente contratação tem por objetivo promover a divulgação das ações desenvolvidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, utilizando tecnologias atuais e estratégias inovadoras de comunicação institucional. Busca-se, por meio desta, garantir a cobertura integral e simultânea dos eventos promovidos pelo consórcio, ampliando o alcance das informações e fortalecendo a transparência dos serviços prestados.

Com isso, pretende-se dar ampla publicidade às ações do consórcio, assegurando o acesso à informação por parte dos entes consorciados, parceiros institucionais e a população em geral. A proposta visa aperfeiçoar os processos de comunicação institucional, destacando as competências do consórcio, as estratégias adotadas e as políticas públicas implementadas.

Espera-se, ainda, que a empresa contratada execute os serviços com eficiência e celeridade, rigorosamente em conformidade com os prazos e condições estabelecidos no edital e no termo de referência.



Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de ♥ pra você



## 15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Na aquisição do presente objeto orientamos os fornecedores que utilizem produtos que tenham especificações ambientais sustentáveis em suas características, com o intuito de minimizar possíveis impactos ambientais gerados com especificações inadequadas, tais como:

- Impactos em recursos naturais como fauna, flora, solo, ar e água;
- Emissão de gases e outros poluentes gerados por materiais perigosos ou tóxicos;
- Impactos gerados pela utilização de materiais não recicláveis e ainda com menor vida útil, etc.

## 16. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

16.1. Após a realização do certame deve ocorrer a realização de empenhos e assinatura de contrato. O CISALP deverá dispor de servidores qualificados para o gerenciamento, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução do contrato, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido.

## 17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

17.1. Frente a todo exposto demonstrado no presente ETP, que trata sobre a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos e profissionais para captura de imagens, em consonância com as tecnologias atuais, sendo realizadas por meio de fotografias e vídeos produzidos por profissional especializado, com utilização de recursos tecnológicos adequados, destinados ao registro e divulgação institucional dos eventos e ações promovidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, para continuidade dos serviços prestados e diante de toda a demanda aqui já ressaltada, a equipe de planejamento da contratação entende ser **VIÁVEL** e **RAZOÁVEL** a contratação do presente objeto, conforme as análises acima.

## 18. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

A equipe de planejamento entende viável a contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos e profissionais para captura de imagens, em consonância com as tecnologias atuais, sendo realizadas por meio de fotografias e vídeos produzidos por profissional especializado, com utilização de recursos tecnológicos adequados, destinados ao registro e divulgação institucional dos eventos e ações promovidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, nos moldes apresentado neste documento.

## 19. RESPONSÁVEIS

A responsável por este estudo técnico preliminar, foi a Sra. Ludimila Magalhães de Lima.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



Lagoa Formosa/MG, 23 de setembro de 2025.

**Ludimila Magalhães de Lima**  
DIRETORA COMERCIAL DO CISALP  
SETOR REQUISITANTE





**ANEXO VIII**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**Condições Gerais da Contratação**

O objeto da presente licitação é o Chamamento Público, com o intuito de promover o credenciamento para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos e profissionais para captura de imagens, em consonância com as tecnologias atuais, sendo realizadas por meio de fotografias e vídeos produzidos por profissional especializado, com utilização de recursos tecnológicos adequados, destinados ao registro e divulgação institucional dos eventos e ações promovidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, com vistas à publicidade e prestação de contas a população e entes consorciados das ações realizadas pelo este consórcio, na forma estabelecida no referido termo e demais documentos que o compõem.

1.2. A seguir, têm-se o detalhamento do valor destinado para contratação de empresa especializada para objeto ora almejado:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	11220	<b>Prestação de serviços técnicos e profissionais especializados em captura de imagens aéreas, utilizando veículos aéreos não tripulados (VANTs/Drones), com aplicação das tecnologias atuais e em conformidade com a legislação vigente.</b> Os serviços compreendem a realização de <b>fotografias e vídeos institucionais em alta qualidade (mínimo 4K)</b> , destinados ao registro de eventos, atividades e ações promovidas pelo <b>CISALP</b> , assegurando padrões técnicos e visuais adequados para divulgação institucional. A execução deverá ser realizada por <b>pilotos</b>	SV	10	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00





		<p><b>devidamente habilitados e com certificação válida (RPAS)</b>, em estrita observância às normas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e demais regulamentações aplicáveis. Os equipamentos empregados deverão possuir <b>homologação junto à ANATEL</b>, garantindo segurança, qualidade e conformidade técnica.</p> <p>As imagens capturadas (fotografias e vídeos) deverão ser <b>integralmente entregues ao Contratante imediatamente após a conclusão do evento</b>, em mídia digital ou meio previamente acordado, com qualidade preservada e sem marcas d'água, assegurando a plena disponibilidade para uso institucional.</p> <p>Prestação do serviço de no mínimo 02 horas, podendo ser estendido, em casos de necessidade, com limite de 4 (quatro) horas.</p>				
02	11219	<p>Prestação de serviço de captação de imagem de forma profissional para cobertura total de fotografias e registros em vídeo de pequenos momentos do evento, com posterior edição profissional de todo o material, a fim de assegurar serviços de alta qualidade para uso institucional e divulgação nas redes sociais do contratado.</p> <p>Para execução dos serviços, a empresa contratada deverá dispor, no mínimo, da seguinte estrutura:</p>	SV	10	R\$ 1.250,00	R\$ 12.500,00



Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



		<p>Câmera fotográfica profissional: 01 (uma) unidade, em alta definição (Full HD ou superior), destinada à captura de imagens estáticas com elevada nitidez, contraste e fidelidade de cores. Será admitida a utilização de equipamento com especificações superiores à mínima exigida.</p> <p>Câmera de filmagem profissional: 01 (uma) unidade, em alta definição (Full HD ou superior), destinada à gravação de imagens em movimento, assegurando estabilidade, qualidade sonora e visual compatível com produções institucionais. Também será admitida a utilização de equipamento com capacidade superior à mínima exigida.</p> <p>Operador de câmera: 01 (um) profissional devidamente qualificado e com experiência comprovada em fotografia e filmagem de eventos, responsável pelo manuseio dos equipamentos, assegurando a cobertura integral e contínua durante toda a realização do evento.</p> <p>Entrega do material:</p> <p>Todos os registros fotográficos e audiovisuais produzidos deverão ser devidamente tratados e editados, com correção de cores, ajustes de luminosidade, cortes e inserções necessários para a finalização profissional. O material deverá ser entregue ao Contratante em até 02 (duas) horas após a conclusão do evento,</p>				
--	--	--	--	--	--	--





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de ♥ pra você



		em formato digital, pronto para utilização em mídias institucionais e redes sociais.				
03	10867	Taxa de deslocamento para prestação de serviços em eventos realizados pelo CISALP em cidades localizadas a uma distância superior a 60 KM (Considerar sempre o Google Maps como referência).	KM	1.000	R\$ 1,00 (por KM rodado)	R\$ 1.000,00

1.4. A aquisição objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O objeto desse Chamamento Público não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/21.

1.6. A validade do Contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 105 e seguintes da Lei 14.133/2021.

1.7. O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à sua formalização, validade e demais condições.

1.8. A principal vantagem deste modelo de contratação reside na oportunidade proporcionada a múltiplas empresas prestadoras de serviços se credenciarem. A abertura favorece a garantia de uma prestação de serviços em grande escala, de modo a atender as necessidades do Contratante, promovendo um serviço ininterrupto ao contratante em tempo hábil e a um menor custo, resultando em economia para a administração. A diversidade de prestadores também contribui para uma maior cobertura e eficiência nos serviços prestados.

1.9. Por se tratar de serviços, o objeto deste termo não possui marca nem padronização.

1.10. O Contratante não se obriga a contratar todos os serviços, mas sim, a quantidade necessária para atender a demanda e necessidades do contratante.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

### Fundamentação e descrição da necessidade da contratação

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

### Descrição da Solução como um todo considerando o ciclo de vida do objeto





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

O CISALP e a empresa (s) contratada (s) deverão cumprir estritamente com todas as obrigações/responsabilidades estabelecidas neste instrumento.

Os serviços ofertados deverão atender todas as especificações descritas no item 1.3.

Em hipótese alguma serão aceitos serviços e equipamentos descaracterizados, ficando a contratada sujeita a aplicação de penalidades quando de seus serviços.

##### **Sustentabilidade:**

4.1. Os requisitos da contratação incluindo os critérios de sustentabilidade foram tratados no tópico 4 do Estudo técnico preliminar.

##### **4.2. A contratada deve:**

Possuir especialização na prestação de serviços técnicos e profissionais para captura de imagens, em consonância com as tecnologias atuais, sendo realizadas por meio de fotografias e vídeos produzidos por profissional especializado, com utilização de recursos tecnológicos adequados, destinados ao registro e divulgação institucional dos eventos e ações promovidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, para execução total do serviço o qual é objeto desse estudo técnico preliminar.

Os serviços deverão ser prestados na forma estabelecida abaixo, para todos os interessados aptos na prestação do serviço, simultaneamente e não excludente, conforme abaixo descrito:

- 5.2.1. Possuir capacidade técnica adequada para a finalidade proposta pelo CISALP.
- 5.2.2. Fornecer os serviços, objeto deste estudo técnico preliminar de forma geral, observando atentamente as características e especificações;
- 5.2.3. Responsabilizar-se pelo fornecimento de equipamentos próprios, adequados e de boa qualidade, mão de obra exclusiva, execução, instalação, montagem e desmontagem de todo o equipamento, assim como, fornecimento de ferramentas e acessórios em geral, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;
- 5.2.4. Respeitar as normas técnicas atinentes, garantindo qualidade e segurança;
- 5.2.5. Ser responsável por correções do material a qualquer tempo, tanto preventiva quanto corretiva, estando disponível para sanar dúvidas e possíveis inconsistências.
- 5.2.6. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis ao serviço.
- 5.2.7. Será de sua inteira responsabilidade, garantir as condições de salubridade exigidas pelos órgãos responsáveis e atender as normas da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) e demais





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



órgãos reguladores quanto ao uso de drones;

5.2.8. A aquisição não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

5.2.9. A contratada deverá realizar filmagem e fotografias aéreas de eventos, assim como proposto pela contratada com estabilidade e qualidade de áudio e vídeo;

5.2.10. A empresa contratada deverá garantir o uso de equipamentos adequados para o serviço, de forma que, ofereça a captura de imagens claras e profissionais, considerando as condições do ambiente do evento, de forma a proporcionar um serviço de qualidade e efetivo.

5.2.11. Realizar a captação de imagens (fotografias e vídeos) em eventos e ações previamente agendadas, com utilização de recursos tecnológicos adequados.

5.2.12. Disponibilizar de equipe técnica capacitada, composta por profissionais habilitados para operacionalizar o veículo aéreo não tripulado, que será responsável para manusear os equipamentos.

5.2.13. Responsabilizar-se pelo material capturado, assim como do conteúdo gravado, garantindo que os vídeos e fotos fiquem disponíveis para arquivamento em modelo estabelecido e solicitado pelo CISALP.

5.2.14. A contratada deverá disponibilizar os conteúdos em alta resolução, com possibilidade de adaptação para redes sociais, site institucional e canais de mídia

5.2.15. As edições de vídeos institucionais poderão conter a inserção de trilha sonora, legendas, logos e cortes dinâmicos;

5.2.16. A Contratante é responsável em realizar a captura das imagens e disponibilizar o material na versão final editada em formato digital.

5.2.17. A empresa contratada deverá garantir qualidade técnica nos serviços, capaz de captar imagens nítidas e estáveis, transmitir som com qualidade e clareza.

5.2.18. A contratante deverá possuir equipe operacional suficiente e qualificada para execução dos serviços propostas com fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para operação.

5.2.19. Os serviços prestados deverão ser realizados nos endereços e horários previamente estabelecidos pela CONTRATANTE, conforme discriminado em requisição.

5.2.20. A empresa contratada deverá estar disponível para acompanhar o CISALP em eventos realizados em outras localidades e regiões de saúde, se necessário.

#### **Municípios que compõem o CISALP**

Abadia dos Dourados, Água Comprida, Arapuá, Bambuí, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Cabeceira Grande, Campo Florido, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Dom Bosco, Estrela do Sul, Frutal, Fronteira, Guarda Mor, Guimarães, Ibiá, Iraí de Minas,







Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



Itapagipe, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Paracatu, Patos de Minas, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Pratinha, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Sacramento, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tiros, Uberaba, Unaí, Urucuia, Varjão de Minas e Vazante.

4.3. Trata-se da prestação de serviços de modo que atenda às necessidades estabelecidas por este consórcio e condições orçamentárias do CISALP e entes consorciados.

4.4. Para a referida prestação de serviços, a empresa deverá estar devidamente contratualizada ao CISALP.

4.5. A prestação de serviços deverá ser executada exclusivamente mediante requerimento da contratada. Não serão pagos serviços não solicitados/autorizados previamente pelo contratante.

4.6. Para fins de faturamento, serão considerados todos os critérios e valores estabelecidos em Contrato Administrativo, com as respectivas quantidades e valores.

4.7. A Contratada deverá estar regular com todas as obrigações fiscais, tributárias, trabalhistas.

4.7.1. Para fins de faturamento, serão considerados todos os critérios e valores estabelecidos em Contrato Administrativo.

#### **Subcontratação**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

b) A Contratada poderá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

#### **Vistoria**

4.8. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços de vistoria dos locais de confecção dos materiais.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Execução:**

#### **5.1. A execução do objeto:**

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

#### **Fase 01: Credenciamento.**





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



Primeiramente o prestador será credenciado ao CISALP mediante apresentação completa da documentação exigida no edital.

**Fase 02: Apresentação da Demanda.**

O CISALP solicitará formalmente ao prestador com antecedência a disponibilidade de agenda para marcação dos eventos.

**Fase 03: Critério de Convocação/Escolha:**

Caso haja mais de um prestador de serviço, o CISALP seguirá o critério de escolha, avaliando a logística territorial. Será convocado para prestação de serviços o prestador que possuir disponibilidade de agenda e que esteja mais próximo do evento.

O prestador será notificado em tempo hábil da relação de eventos agendados para avaliar quanto a disponibilidade.

**Fase 04: Pagamento.**

O prestador emitirá a Nota Fiscal relativa aos serviços executados, à diretoria financeira do CISALP, a qual efetuará a análise e determinará a liquidação.

5.2. A execução do serviço deverá iniciar em até 1 (um) dia útil após assinatura do contrato (conforme demanda apresentada pelo CISALP).

5.3. Os serviços em geral deverão ser realizados por profissionais devidamente qualificados e capacitados para a função.

5.4. Todos os serviços ofertados pelo proponente deverão ser obrigatoriamente executados, estando sujeito as sanções previstas neste Termo de Referência/Projeto Básico.

5.5. Todo e qualquer material e equipamentos necessários para a realização dos serviços é de exclusiva responsabilidade do Contratado.

5.6. Na execução dos serviços, o prestador deverá atender às necessidades, condições e normas fixadas pelo CISALP, estar em consonância com as legislações descritas, atinentes à prestação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, visando garantir a qualidade dos mesmos.

5.7. A distribuição de serviços por prestador, será conforme demanda, seguindo os critérios de logística territorial, disponibilidade de agenda do prestador e demais critérios que proporcionarão eficiência na oferta dos serviços.

5.8. Nos casos de possuir mais de um prestador de serviço, o CISALP seguirá o critério de escolha, avaliando a logística territorial. Será convocado para prestação de serviços o prestador que possuir disponibilidade e que esteja mais próximo do evento.

5.9. A execução contratual observará as rotinas que foram detalhadas no estudo técnico preliminar.

5.10. Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

5.11. O prazo de garantia contratual será conforme estabelecido no edital.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



5.11. A tramitação referente à execução dos serviços de captura de imagens, compreendendo fotografias e vídeos, tanto aéreos quanto terrestres, relativos a eventos e ações promovidas pelo CISALP, será acompanhada e fiscalizada pelos profissionais designados para as funções técnica e administrativa, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, 1, a, da Lei n 14.133).

5.12. A execução do objeto terá início na data estipulada na respectiva Ordem de Serviço, conforme a necessidade de realização dos serviços de captação de imagens, em formato fotográfico e/ou audiovisual, por meio de recursos tecnológicos adequados, para captura de imagens aéreas e terrestres, durante ações, eventos e demais atividades promovidas.

5.1.4. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que os serviços sejam realizados nas dependências do Contratante, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes, etc.

5.1.6. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da realização dos eventos, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento, com a devida comprovação;

## **5.2. Local e horário de realização dos eventos**

5.2.1. Os serviços deverão ser prestados na data, endereço e horário pré-estabelecido pelo Contratante.

5.2.2. Os equipamentos e os operadores deverão estar no local com antecedência mínima de 2 (duas) horas do horário agendado para início do evento.

5.2.3. No caso de alteração das datas ou locais da prestação do serviço, a contratante deve informar o contratado com antecedência mínima de 12 (doze) horas.

## **5.3. Materiais a serem disponibilizados**

5.3.1 O objeto inclui o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a execução dos serviços.

5.3.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

## **5.4. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**5.4.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:**





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



É necessário observar a descrição da necessidade evidenciada no tópico 2.0 específicos do Estudo Técnico Preliminar, pois neste tópico se encontram os requisitos necessários para dimensionamento da proposta.

#### **5.5. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **6. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

6.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta na contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

6.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

6.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

6.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo 7 aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.6. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

6.7. A Contratada deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.8. A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

6.9. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso,







Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos serviços pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **7.1. Modelo de Gestão do Contrato**

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, nesse caso os seguintes e-mails: [licitacao@cisalp.mg.gov.br](mailto:licitacao@cisalp.mg.gov.br) e [compras@cisalp.mg.gov.br](mailto:compras@cisalp.mg.gov.br).

7.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **7.2. Fiscalização**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **7.3. Fiscalização Técnica**







Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



7.3.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Portaria nº 12, de 2024 do CISALP, art. 22, VI).

7.3.2. O fiscal técnico do contrato poderá anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria 012 de 2024 do CISALP, art. 22, IV).

7.3.3. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria nº 12, de 2024 do CISALP, art. 22, IV).

7.3.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria nº 12, de 2024 do CISALP, art. 22, IV);

7.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria nº 12, de 2024 do CISALP, art. 22, V).

7.3.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria nº 12, de 2024 do CISALP, art. 22, VII).

#### **7.4. Fiscalização Administrativa**

7.4.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. (Portaria nº 12, de 2024 do CISALP, art. 23, I e II).

7.4.2. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Portaria nº 12, de 2024 do CISALP, art. 23, IV).

#### **7.5. Gestor do Contrato**

7.5.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando quando necessário e pertinente, relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Portaria nº 12, de 2024 do CISALP, art. 21, IV).

7.5.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Portaria nº 12, de 2024 do CISALP, art. 21, II).

7.5.3. O gestor do contrato anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Portaria nº 12, de 2024 do CISALP, art. 21, III).

7.5.4. O gestor do contrato emitirá, quando necessário e pertinente, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Portaria nº 12, de 2024 do CISALP, art. 21, VIII).

7.5.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Portaria nº 12, de 2024 do CISALP, art. 21, X).

7.5.6. O gestor do contrato deverá elaborar, quando for o caso, relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Portaria nº 12, de 2024 do CISALP, art. 21, VI).

7.5.7. O gestor do contrato, quando for o caso, deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **8.1. Recebimento**

8.1.1. Os serviços serão prestados e após, será emitido um instrumento de cobrança equivalente, juntamente com a nota fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

8.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que permite à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **8.2. Liquidação**

8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato (CNPJ e nome do fornecedor com atenção para os casos de matriz e filial) e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- g) Dados bancários (banco, agência e conta);

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará sobrestada até que o contratado





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. O prazo para a correção de que trata o item 7.2 por parte do fornecedor/prestador de serviço será de 3 (três) dias úteis.

8.2.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o fornecedor/prestador de serviço será informado pelo setor competente através de e-mail previamente informado pelo fornecedor/prestador de serviço.

8.2.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente sempre que possível deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF que abrangerá o NÍVEL III (Regularidade fiscal e trabalhista federal) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.7. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.2.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.







Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



### 8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.23. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

### 8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente ou boleto bancário, indicados pela contratada, devendo obrigatoriamente o crédito ser realizado para o mesmo CNPJ contratado com a administração pública.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.5 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

8.4.6. Para a presente aquisição/prestação de serviço nos pagamentos NÃO observarão condições semelhantes às do setor privado por não ser conveniente ao CISALP essa forma de pagamento.

8.4.7. As transferências que serão feitas para outros bancos que não seja banco do Brasil será descontado a despesa de transferência bancária.

### 8.5. Das Retenções Fiscais

8.5.1. DO IMPOSTO DE RENDA: Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.







Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



8.5.2. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL: Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

8.5.3. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

8.5.4. A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

9.1. Poderão participar todos os interessados que se apresentarem para credenciamento a qualquer momento, durante a vigência do Edital, que estejam cumprindo as normas técnicas e administrativas aplicáveis e aos princípios e diretrizes: Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto, atendendo integralmente ao disposto no Edital de Chamamento Público e seus anexos.

9.2. Os interessados deverão aceitar os valores referentes à realização dos serviços constantes neste Termo de Referência/Edital e os reajustes seguirão os critérios legais.

9.3. Todos os interessados em prestar os serviços objeto deste credenciamento deverão participar do chamamento, igualmente obrigadas a apresentar a documentação exigida e demonstrar o cumprimento dos requisitos deste Projeto Básico/ Termo de Referência edital e legislações vigentes.

9.3.1. O regime de execução do contrato é o constante nesse Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

### **9.4. Da Solicitação de Credenciamento**

9.4.1. Os interessados deverão apresentar sua oferta em consonância com sua capacidade técnica operacional.

9.4.2. A empresa credenciada somente fará jus aos valores correspondentes à realização dos procedimentos, previamente encaminhados, quando autorizados pelo contratante e efetivamente prestados.

9.4.3. A critério do contratante, o remanejamento nos quantitativos dos serviços elencados.

### **9.5. Da apresentação dos documentos**





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



**9.5.1. OS DOCUMENTOS DOS INTERESSADOS EM SE CREDENCIAR SOMENTE SERÃO RECEBIDOS QUANDO ESTIVEREM TOTALMENTE REGULARIZADOS. ASSIM, NÃO SERÁ ACEITO O ENVIO PARCELADO DE DOCUMENTOS EM RAZÃO DE PENDÊNCIAS DOCUMENTAIS.**

9.5.1.1. Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos, os quais serão conferidos pela funcionária nomeada para esta função:

- a) Ficha de solicitação de credenciamento (ANEXO I);
- b) Relação nominal dos profissionais que compõe a equipe técnica do serviço informando, o nome, CPF, cargo, função, (ANEXO III);
- c) Licença de Funcionamento ou sua justificada dispensa conferida por órgão sanitário (art. 51 da Lei Federal nº 6.360/76 e Decreto nº 8077/2013);
- d) Declaração de concordância com os preços dos serviços constantes no rol deste Termo de Referência/ Projeto Básico (ANEXO II).

#### **9.5.2. Exigências de Habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### **9.5.2.1. Habilitação Jurídica**

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.7.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.5.2.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **9.5.2.3. Qualificação Técnica**

- a) **Atestado de Capacidade Técnica da Empresa**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória do objeto da presente licitação, observando-se que tal(is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



A exigência do presente documento se dá em razão da necessidade de se garantir que os profissionais tenham pelo menos uma básica experiência na área de prestação dos serviços, de forma a garantir qualidade mínima no resultado, que não poderá ser frustrado, diante do caráter único do evento.

c) Para o item 01: Comprovação de que possui outorga da ANATEL.

A outorga da ANATEL é exigida porque os drones utilizam radiofrequência para controle e transmissão de imagens, atividade regulamentada pela Agência. A autorização garante que os equipamentos operem de forma regular, sem risco de interferência em outros sistemas de telecomunicações, atendendo à legislação federal (Lei nº. 9.472/1997). Assim, a exigência assegura a legalidade, segurança operacional e regularidade da contratação.

#### **9.5.2.4. Do Credenciamento dos Interessados**

O credenciamento dos prestadores ocorrerá nas seguintes condições:

9.5.2.5.1. Todo prestador que atender às condições estabelecidas neste Termo de Referência/Projeto Básico, Edital e seus ANEXOS serão credenciados.

9.5.2.5.2. Poderá a qualquer momento em aferimento da vida idônea do responsável ser solicitada Certidão Cível e Criminal de todos os profissionais que prestarão serviços para o CISALP, vinculado ao serviço que irão realizar.

9.5.2.5.3. Serão selecionados para contratação do serviço somente as empresas que se encontram credenciados e em atividade, com capacidade técnica para realizar o serviço proposto, seguindo o fluxo de autorização e solicitação do CISALP.

9.5.2.5.4. O Credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços interessadas em realizar os serviços, deverão credenciar-se junto ao CISALP, para celebrar o CONTRATO, englobam os prestadores públicos, filantrópicos e privados com e sem fins lucrativos, de forma complementar, de acordo com a necessidade do contratante nos ditames deste Projeto Básico/Termo de Referência.

#### **9.5.2.6. Da escolha do Prestador**

9.5.2.5.1. Ocorrerá conforme seguindo o critério estabelecido no item 5.1. deste documento, o qual será escolhido conforme logística territorial, considerando o prestador mais próximo do evento.

### **10. REGIME DE EXECUÇÃO**

10.1. O regime de execução do contrato será por serviço prestado, sendo autorizado o pagamento somente para serviços devidamente prestados e comprovados.

### **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**







**VALOR TOTAL: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).**

11.1. O CISALP adotou a metodologia definindo com base na média dos valores disponíveis conforme levantamento de mercado realizado diretamente com prestadores de serviços e nos Portais de Compras Governamentais. Assim, buscando garantir a boa qualidade dos serviços e de empresas comprometidas e capacitadas para tal objeto.

11.2. Considera-se integrado ao valor total do serviço, todos os encargos tributários e trabalhistas, despesas (para serviços de terceiros) e demais agregadas para a completa entrega dos itens.

11.3. Portanto, as informações de cálculo e os documentos que dão suporte e que integram a estimativa do valor da presente aquisição seguirão em anexo a esse ETP em conjunto com a formalização de pesquisa de mercado.

## **12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**Exercício 2025:**

**5.1.10.302.9001.2.901.3.3.90.39 - Ficha 11**

## **13. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

13.1. Executar o serviço e o fornecimento de equipamentos observando atentamente o fluxo estabelecido, as características e especificações, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Edital.

13.2. Respeitar as normas técnicas da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) e demais órgãos reguladores quanto ao uso de drones;

13.3. Prestar qualquer informação que se fizer necessária.

13.4. O serviço deverá ser prestado na data determinada na ordem de fornecimento, a qual será encaminhada pelo Contratante via e-mail.

13.5. Apresentar e disponibilizar, à Contratante, soluções que a mantenham atualizadas à segurança e à qualidade dos serviços.

13.6. Responsabilizar-se por todos os danos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, provocados pela negligência, imprudência ou imperícia quando repará-las e corrigi-las às suas expensas.

13.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante,





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



apresentando sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

13.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas.

13.9. Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto, de acordo com as especificações determinadas neste Termo de Referência, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e/ou pelos itens disponibilizados.

13.10. Manter-se, durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

13.11. Todos os custos com insumos, mão-de-obra, hospedagem e alimentação serão de responsabilidade do Contratado.

13.12. Ser responsável por qualquer dano e/ou defeitos que os equipamentos vir a apresentar, estando disponível para sanar dúvidas e possíveis inconsistências.

13.13. Cumprir com toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução do objeto.

13.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.15. A empresa contratada deverá estar disponível para acompanhar e prestar o serviço em eventos realizados pelo CISALP em outras cidades.

#### **14. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

14.1. Informar o contratado com antecedência a data, o local e o horário que serão realizados os eventos.

14.2. Encaminhar a solicitação da prestação de serviços (s) por e-mail.

14.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias a prestação do (s) serviço (s) solicitado (s).

14.4. Comunicar formalmente e imediatamente a Contratada, quanto a qualquer anormalidade na prestação de serviços, podendo suspender o serviço que estiver em desacordo com as especificações contidas no edital.

14.5. Dar ciência à empresa contratada quanto a anormalidade verificada e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento.

14.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



14.7. Acompanhar e fiscalizar, com rigor, o cumprimento do objeto desta contratação, a fim de que os itens sejam entregues corretamente.

14.8. A existência da fiscalização não eximirá a empresa contratada de nenhuma responsabilidade técnica.

14.9. Pagar à contratada o valor resultante dos serviços, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

14.11. Disponibilizar todas as informações necessárias para o desenvolvimento do objeto do contrato.

14.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado de eventuais preferências estabelecidas em lei.

14.13. Comunicar ao contratado os canais e plataformas digitais que serão utilizados para a realização do evento, para que o mesmo, possa se organizar.

## **15. DA PADRONIZAÇÃO E DO PARCELAMENTO**

15.1. Para a presente contratação de serviços não será aplicado o princípio da padronização considerando ainda não ter sido realizado no CISALP estudos que apontam a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho do presente objeto.

15.2. Para a presente contratação de serviços será aplicado o princípio do parcelamento conforme justificativa constante no ETP que trata da justificativa para o parcelamento ou não da solução.

## **16. DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO**

16.1. O presente Termo de Referência não terá caráter sigiloso e poderá ser divulgado em sua íntegra em qualquer fase da licitação nos termos da Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

## **17. RESPONSÁVEIS**

A responsável por este Termo de Referência, é a Diretora Comercial do CISALP: Ludimila Magalhães de Lima.

Lagoa Formosa/MG, 23 de setembro de 2025.

**Ludimila Magalhães de Lima**  
DIRETORA COMERCIAL DO CISALP  
SETOR REQUISITANTE





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



**ANEXO IX (NÃO PRECISA SER PREENCHIDA PELO LICITANTE)**

**MINUTA DE CONTRATO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 059/2025**

**CHAMAMENTO PÚBLICO N° 019/2025**

TERMO DE CONTRATO QUE  
CELEBRAM O CONSÓRCIO PÚBLICO  
INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA  
MICRORREGIÃO DO ALTO  
PARANAÍBA - CISALP E O (A)  
(\*\*\*\*\*).

Pelo presente Termo de Credenciamento o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRO REGIÃO DO ALTO PARANAÍBA - CISALP**, pessoa jurídica de direito público interno, do tipo associação pública, inscrito no CNPJ/MF sob o n°. 02.319.394/0001-70, com sede à Rua Juquinha Souto, n° 100, bairro Novo Horizonte, na cidade de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais, doravante denominado **CONTRATANTE**, credencia (\*\*\*\*\*), inscrito no CNPJ sob o n° (\*\*\*\*\*), doravante denominado **CONTRATADO**, representada pelo sócio administrativo (\*\*\*\*\*), para prestar (\*\*\*\*\*) na área de Consórcio, mediante sujeição mútua às cláusulas que se anunciam e ao processo de **Inexigibilidade por Credenciamento n°. 019/2025**, ratificado no dia (\*\*\*\*\*).

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO**

1.1. Chamamento Público, com o intuito de promover o credenciamento para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos e profissionais para captura de imagens, em consonância com as tecnologias atuais, sendo realizadas por meio de fotografias e vídeos produzidos por profissional especializado, com utilização de recursos tecnológicos adequados, destinados ao registro e divulgação institucional dos eventos e ações promovidas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, com vistas à publicidade e prestação de contas a população e entes consorciados das ações realizadas pelo este consórcio, na forma estabelecida no referido termo e demais documentos que o compõem.





## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O Contratado obriga-se a prestar os serviços, objeto deste edital de credenciamento, a saber:

ITEM	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR UNITÁRIO
(Nº. do item no Edital)	XXX XX	Descrição do serviço prestado	SV.	(valor constante no Edital, para o item em questão)

**Prestação de serviço pelo valor do Edital, nele incluído impostos, taxas, contribuições e demais tributos que envolvem o serviço.**

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RETENÇÕES FISCAIS

3.1. DO IMPOSTO DE RENDA: Deverá ser retido na nota fiscal o valor de Imposto de Renda, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 alterada pela INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2145, DE 26 DE JUNHO DE 2023, e regulamentada no CISALP através da resolução nº 21/2023. Pessoas jurídicas amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

3.2. DOS IMPOSTOS DE PIS, COFINS E CSLL: Os impostos de PIS, COFINS e CSLL não são passíveis de retenção na fonte devido a não formalização de convênio com a Receita Federal, conforme preconiza a portaria SRF 1.454/2004.

3.3. DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (QUANDO FOR O CASO) - Em cumprimento ao artigo 31 da Lei nº 8.212/91, e alterações posteriores, e Instruções Normativas vigentes no período da contratação editadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, ou percentual referente a atividade específica observado o disposto na IN vigente, exceto para as empresas optante pelo SIMPLES NACIONAL.

3.4. A falta de destaque do valor de qualquer retenção no documento fiscal autoriza que a CONTRATANTE devolva à CONTRATADA para que seja providenciada a adequação.

3.5. A Administração poderá realizar a retenção de 1% da nota fiscal referente ao PASEP, assim que se julgar necessário para a manutenção das atividades do consórcio.





#### **4. CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO**

4.1. Os serviços serão prestados e após, será emitido um instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.1.2. O profissional deverá agir sempre para expor o paciente ao menor risco de vida possível. Constatadas irregularidades na prestação dos serviços, o contratante poderá:

a) se disser respeito à execução do serviço, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando que o mesmo seja executado novamente, sem custo adicional, considerando a situação de saúde do paciente; bem como poderá proceder com a rescisão da contratação, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.1.3. Qualquer intercorrência durante a execução do serviço, o contratado deverá imediatamente comunicar o contratante e tomar todas as providências necessárias a manter a saúde do paciente.

4.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº. 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



4.1.8. O recebimento do serviço não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.1.9. Somente serão aceitos SERVIÇOS que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes.

4.1.10. Fica proibido a execução de serviços antes da confecção do contrato, sujeito a não realização do pagamento.

4.1.11. É de responsabilidade do contratado o envio do faturamento até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente a realização dos procedimentos.

4.1.12. Que para maior agilidade e rapidez no pagamento, o faturamento deverá ser enviado para o e-mail [faturamento@cisalp.mg.gov.br](mailto:faturamento@cisalp.mg.gov.br), e a nota fiscal para pagamento, para o e-mail [financeiro@cisalp.mg.gov.br](mailto:financeiro@cisalp.mg.gov.br). **Não serão considerados faturamentos e notas fiscais enviados via WhatsApp.**

## 4.2. Liquidação

4.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

4.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato (CNPJ e nome do fornecedor com atenção para os casos de matriz e filial) e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- f) Dados bancários (banco, agência e conta);

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



4.2.4. O prazo para a correção de que trata o item 8.2.3 por parte do fornecedor/prestador de serviço será de 2 (dois) dias úteis.

4.2.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa o fornecedor/prestador de serviço será informado pelo setor competente através de e-mail previamente informado pelo fornecedor/prestador de serviço.

4.2.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente sempre que possível deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF que abrangerá o nível NÍVEL III (Regularidade fiscal e trabalhista federal) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.7. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.2.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.2.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.2.10. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.2.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



#### **4.3. Prazo e forma de Pagamento**

4.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

4.3.1.1. A Administração poderá realizar a retenção de 1% da nota fiscal referente ao PASEP, assim que se julgar necessário para a manutenção das atividades do consórcio.

4.3.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente ou boleto bancário, indicados pelo contratado, devendo obrigatoriamente o crédito ser realizado para o mesmo CNPJ contratado com a administração pública.

4.3.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.3.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.3.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.3.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

4.3.7. Para a presente aquisição/prestação de serviço nos pagamentos NÃO observarão condições semelhantes às do setor privado por não ser conveniente ao CISALP essa forma de pagamento.

4.3.8. As transferências que serão feitas para outros bancos que não seja banco do Brasil será descontado a despesa de transferência bancária.

4.3.9. Os valores constantes no Anexo VI correspondem ao valor total dos produtos contratados, já incluídos todos os recolhimentos tributários, previdenciários, fiscais, trabalhistas e quaisquer outros porventura incidentes.

4.3.10. No valor do serviço/produto estão inclusas todas as despesas geradas para o deslocamento do profissional. Quaisquer intercorrências durante o deslocamento serão de responsabilidade do CONTRATADO.

4.3.11. Quaisquer despesas extras ou valores cobrados em desacordo com o Termo de Contrato não serão autorizadas pelo CISALP.





## **5. CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão por conta da dotação orçamentária do CISALP, por intermédio dos recursos consignados no Orçamento Anual do CISALP, para o ano 2025 e correlatas para o ano de 2025:

**5.1.10.302.9001.2.901.3.3.90.39 - Ficha 11**

## **6. CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

6.1. Acompanhar e fiscalizar o contrato por 1 (um) ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº. 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

6.2. Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato.

6.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo contratado.

6.4. Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato.

6.5. Efetuar os pagamentos pelos serviços prestados, dentro dos prazos previstos no contrato, no edital de credenciamento e na legislação.

6.6. Realizar a conferência e monitoramento dos códigos dos procedimentos realizados, autorizando o pagamento exclusivamente mediante a confirmação da produção.

6.7. Solicitar, sempre que necessário, documentos que identificam as condições técnicas sanitárias do prestador contratado a fim de verificar se as condições de habilitação comprovadas na ocasião da assinatura do Contrato continuam as mesmas.

6.8. Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na execução dos serviços contratados.

6.9. Aplicar as sanções e penalidades previstas neste Termo de Referência e na Lei nº. 14.133/2021.

6.10. Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do CISALP, no prazo estabelecido na lei.

6.11. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso Público ao Relatório de Gestão Fiscal.

6.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

6.13. Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o objeto da licitação, sendo o gestor deste contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

7.1. Executar os termos do instrumento contratual em conformidade com as especificações básicas constantes do edital.

7.2. Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento.

7.3. Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade contratante ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

7.4. Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional, quando couber.

7.5. Justificar ao órgão ou entidade contratantes eventuais motivos de força maior que impeçam a realização do serviço, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual termo aditivo para alteração do prazo de execução.

7.6. Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto sem previsão editalícia e autorização expressa do órgão ou entidade contratante.

7.7. Cumprir ou elaborar em conjunto com o órgão ou entidade contratante o planejamento e a programação do trabalho a ser realizado, bem como a definição do cronograma de execução das tarefas.

7.8. Conduzir os trabalhos em harmonia com as atividades do órgão ou entidade contratante, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços, quando for o caso.

7.9. Apresentar à Contratada, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.







Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



- 7.10. Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato.
- 7.11. Deverá ser informado/protocolado, através do e-mail [contratos@cisalp.mg.gov.br](mailto:contratos@cisalp.mg.gov.br), junto à Diretoria de Gestão Estratégica do CISALP, quaisquer inconformidades e/ou eventualidade que acarrete prejuízo ou falhas na execução do contrato.
- 7.12. Para a referida prestação de serviços, as empresas deverão estar devidamente credenciadas ao CISALP.
- 7.13. Para fins de faturamento, serão considerados todos os critérios e valores estabelecidos em Contrato Administrativo, sendo glosado pelo CISALP, valores e serviços em desacordo.
- 7.14. O Contratado deverá estar regular com todas as obrigações fiscais, trabalhistas e sanitárias.
- 7.15. Executar somente serviços agendados via sistema do CISALP. Qualquer intercorrência deverá ser imediatamente comunicada ao consórcio para prévia autorização.
- 7.16. Além dos requisitos da contratação já previstos no ETP e que seguem em anexo a esse termo de referência, deverá ser observado o que segue:

## **8. CLÁUSULA OITAVA – VIGÊNCIA DO CONTRATO**

8.1 Será firmado o Termo de Contrato com validade de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos das alíneas “f” e “g” do inciso IV e nos incisos V, VI, XII e XVI do caput do art. 75 da Lei nº. 14.133/21 até o limite de 120 (cento e vinte) meses tendo em vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.

## **9. CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL**

- 9.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido a critério do contratante, sem que ao contratado caiba qualquer indenização, ou, reclamação.
- 9.2. A inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas da Lei Federal nº. 14.133/21.





9.3. O Termo de Credenciamento poderá ser rescindido se, por algum motivo, o contratado deixar de possuir as condições de habilitação exigidas no Edital de Credenciamento.

9.4. A rescisão deste Termo de Credenciamento poderá ocorrer nas formas previstas no Artigo 137 da Lei Federal nº. 14.133/21.

9.5. Poderá ser solicitada rescisão de Termo de Contrato por parte do CONTRATADO, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, condicionada à análise do contratante quanto a possibilidade da rescisão antes do término de vigência do presente Termo.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES E SANÇÕES**

10.1. O não cumprimento ou o cumprimento parcial, ou ainda a ocorrência de qualquer irregularidade na prestação de serviço, por parte do CONTRATADO, ensejará aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Termo de Contrato, para cada notificação formalizada a este, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei.

10.2. A aplicação da multa prevista no item anterior poderá ocorrer somente três vezes, sendo que a notificação seguinte ensejará a rescisão contratual e aplicação das demais sanções previstas.

10.3. O CONTRATADO ficará sujeito às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, nos casos não previstos no Edital.

10.4. Verificada uma das hipóteses previstas nos subitens anteriores, o CISALP poderá optar pela convocação dos demais contratados, se houver.

10.5. Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado o CISALP poderá, garantida a prévia defesa do contratado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar multa prevista neste Termo de Contrato juntamente com as seguintes sanções.

a) Advertência.

b) Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes de punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou penalidade, a qual será concedida



Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

de  pra você



sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.6. As sanções previstas na alínea “c”, do subitem 11.2.2, são de competência exclusiva do Presidente do CISALP, facultada a defesa do interessado no respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias a contar da abertura das vistas.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PROTEÇÃO DE DADOS**

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo 7 aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.





Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS**

12.1. Fazem parte deste instrumento o disposto no Edital de Contrato e seus anexos, tendo plena validade entre as partes contratantes.

12.2. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Termo de Contrato, não exime o infrator de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.3. O CONTRATADO se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto nas Cláusulas Décima e Décima Primeira.

12.4. O presente Termo de Contrato é regido pela Lei Federal nº. 14.133/21 e alterações.

12.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Patos de Minas - MG, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Termo de Contrato.







Consórcio Intermunicipal de Saúde  
do Alto Paranaíba

**CISALP**

*de ♥ pra você*



E, por assim estarem de acordo e ajustados, firmam este instrumento em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas para a produção dos desejados efeitos jurídicos.

Lagoa Formosa/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
**CISALP**  
**Fernando Breno Valadares Vieira**

\_\_\_\_\_  
**Fornecedor**  
**Representante**

\_\_\_\_\_  
**PROCURADORA GERAL**  
**Marcela Moraes OAB/MG 137.089**

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_

CPF:

Cargo:

2. \_\_\_\_\_

CPF:

Cargo:

